

1 **Memória de Reunião Ordinaria**

<b>Data: 31/03/2025</b>	<b>Local :</b>
<b>Início previsto: 13h30</b>	<b>Término previsto: 16h</b>
I.	

2 **Representantes Poder Público:**

- 3 ➤ Cintia Aparecida Brememkamp – INCAPER
- 4 ➤ Fabiano Zamprogno Novelli – IEMA
- 5 ➤ Lizandra Foeger – Prefeitura Municipal de Serra
- 6 ➤ Marcos Adriano Rauta – Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina
- 7 ➤ Mariângela Dutra de Oliveira – IFES Vitória
- 8 ➤ Tarcísio Foeger – Prefeitura Municipal de Vitória

9 **Representantes Usuário:**

- 10 ➤ Carla Caon – Arcelor Mittal
- 11 ➤ Deisy Silva Corrêa – CESAN
- 12 ➤ Denilson Potratz – COPEAVI
- 13 ➤ Egnaldo Andreatta – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá -
- 14 **Presente**
- 15 ➤ Thais Peisino – Vale S.A – **Presente**

16 **Representantes Sociedade Civil:**

- 17 ➤ Carlos Eduardo Stein – Voz da Natureza - Ausente
- 18 ➤ Carlos Rogério Thomé Pacheco – Rotary Club Vitória Oeste
- 19 ➤ Eraylton Moreschi – Juntos SOS ES Ambiental
- 20 ➤ Grazieli de Paula Pirovani – Instituto Lixo zero
- 21 ➤ Jean Carlo Gratz Pedrini – Acapema - Ausente
- 22 ➤ José Luiz dos Santos Aristeu – Quilombo Benvindo P. Dos Anjos
- 23 ➤ Yhuri Cardoso Nóbrega – Instituto Ambiental Marcos Daniel

24 **Representante Institucional:**

- 25 ➤ Antônio de Oliveira Junior – AGERH – **Presente**

26

27 Reunião ordinaria realizada aos dias trinta e um do mês de março de dois mil e vinte e cinco,  
28 as 13h30 presenciamente. Foi feita a **verificação de quórum** e havia, sendo assim o  
29 Sr.Tarcísio Foeger apresentou e colocou em votação as **Deliberações 002/2025 e 003/2025**,

30 ambas aprovadas por unanimidade, estabelecendo o plano de trabalho de 2025 e o relatório  
31 de atividades de 2024. A seguir, a palavra foi passada ao coordenador Sr. André Sefione,  
32 representante da CESAN, que apresentou os fundamentos e propostas contidos na  
33 **Deliberação 004/2025**. Essa deliberação define os critérios, fórmulas, valores e coeficientes  
34 que nortearão a cobrança pelos usos dos recursos hídricos, incluindo captação superficial e  
35 subterrânea, lançamento de efluentes, transposição entre bacias e geração de energia. A  
36 cobrança é anual, baseada em autodeclaração dos usuários sobre os volumes utilizados, e  
37 será realizada pela Agerh, que processará os dados e emitirá boletos com os valores  
38 correspondentes ao uso. Usos insignificantes estão isentos, conforme previsto em norma. Os  
39 recursos arrecadados serão destinados ao Fundiágua, e serão aplicados exclusivamente na  
40 bacia mediante decisão conjunta entre o comitê e a agência de bacia, conforme metas do  
41 plano de bacia. Foram detalhadas as fórmulas aplicáveis aos diferentes tipos de usuários,  
42 diferenciando os que medem e os que não medem suas captações. Para quem mede, a  
43 cobrança é proporcional ao volume efetivamente usado; para quem não mede, o cálculo se  
44 baseia no volume outorgado. Coeficientes adicionais como K-gestão e K-crise permitem  
45 suspensões ou majorações da tarifa em situações específicas. O uso agropecuário,  
46 identificado e enquadrado conforme legislação da agricultura familiar, recebe 80% de  
47 desconto. A metodologia contempla também situações de subutilização da outorga, com  
48 aplicação de taxas proporcionais à diferença entre o autorizado e o utilizado, incentivando  
49 revisões das outorgas não compatíveis com o uso real. Lançamentos de efluentes serão  
50 cobrados conforme a carga lançada de DBO ou fósforo, ajustado pela natureza da atividade  
51 e pela classe do corpo hídrico receptor. A transposição de águas entre bacias também será  
52 tarifada com valores superiores à simples captação, em razão do impacto sobre o sistema  
53 hídrico de origem, sendo aplicáveis os coeficientes K-class e K-trans. Geração de energia  
54 ainda aguarda deliberação federal, mas o método de cálculo já está previsto em minuta.  
55 Foram apresentados valores referenciais: R\$ 0,485/m³ para captação superficial, R\$ 0,549/m³  
56 para subterrânea, R\$ 5,941/kg de DBO lançado e R\$ 0,63/m³ para transposição. Esses  
57 valores serão reajustados anualmente pelo IPCA. A CESAN, principal usuária na bacia,  
58 pagaria aproximadamente R\$ 5.462.264,00 com base no uso de 2024, incluindo captação,  
59 lançamento e transposição. A proposta foi construída coletivamente com participação da  
60 Câmara Técnica de Cobrança e da agência de bacia, baseada em práticas adotadas em  
61 outras bacias hidrográficas e adaptadas à realidade local. Foram destacadas projeções e  
62 simulações envolvendo usos diversos como agricultura, agroindústria, mineração e  
63 saneamento, com valores proporcionais aos volumes utilizados e tipos de uso. O Comitê  
64 reforçou que os recursos arrecadados devem ser aplicados exclusivamente em ações  
65 previstas no plano de bacia, com acompanhamento técnico e social, visando sempre a  
66 melhoria das condições ambientais da região. A continuidade da reunião abordou a  
67 importância de um modelo transparente e participativo na gestão da cobrança, ressaltando

68 que os valores arrecadados precisam retornar em forma de ações concretas para a melhoria  
69 da bacia hidrográfica. Membros do comitê destacaram que a implementação da cobrança não  
70 deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um instrumento de planejamento,  
71 controle e investimento direto no território. Foram compartilhadas experiências de outras  
72 bacias onde a arrecadação possibilitou obras de saneamento, reflorestamento de margens,  
73 educação ambiental e monitoramento da qualidade da água. Ressaltou-se que, para garantir  
74 a legitimidade do processo, é essencial manter atualizados os cadastros de usuários, as  
75 outorgas e os dados técnicos que fundamentam os cálculos. A Agerh se comprometeu a  
76 realizar campanhas de atualização cadastral e promover oficinas de orientação para os  
77 usuários sobre a metodologia e os critérios utilizados. Também foi debatida a necessidade de  
78 fortalecer o papel da Câmara Técnica de Cobrança como instância consultiva e de  
79 acompanhamento contínuo das etapas do processo, incluindo a verificação do destino dos  
80 recursos e a priorização de projetos financiáveis. A CESAN reafirmou seu compromisso com  
81 a sustentabilidade hídrica da região, mas ponderou sobre a necessidade de escalonamento  
82 na aplicação das tarifas para não impactar bruscamente o orçamento das operações já em  
83 andamento. Em resposta, os membros do comitê avaliaram a possibilidade de uma  
84 implantação gradual, iniciando com os maiores usuários, como forma de preparar o sistema  
85 para uma transição segura e monitorável. Também foi levantada a importância de sensibilizar  
86 os pequenos produtores e os usuários difusos, muitos dos quais ainda não compreendem a  
87 relação entre o uso da água e a sua valorização econômica. A ata foi lida e aprovada, sendo  
88 encerrada com agradecimentos a todos os presentes e ao esforço conjunto pela consolidação  
89 da política de cobrança na bacia, reforçando a missão de gerir as águas de forma democrática,  
90 eficiente e voltada ao interesse público. Sra. Stephany, representante da Prefeitura da Serra,  
91 iniciou sua fala agradecendo à comissão e destacando a participação da servidora Marcela  
92 nos debates. Ela lembrou que, na reunião de maio do ano anterior, foi prometido um  
93 momento para discussão sobre os valores da fórmula de cobrança. Sra. Stephany apontou  
94 dúvidas sobre os coeficientes, especialmente o K-lançamento para o setor de saneamento,  
95 que está fixado em 1. Afirmou que o saneamento no município da Serra é relevante tanto para  
96 captação quanto para lançamento e que o valor cobrado por m<sup>3</sup>, mesmo sendo 11 vezes maior  
97 que o da captação superficial, ainda parecia irrisório diante da carga lançada. Questionou a  
98 lógica do valor e sugeriu que fosse comparado com os custos reais de tratamento de água  
99 captada e de esgoto lançado. Solicitou também esclarecimentos sobre o K-transposição,  
100 especificamente sobre o controle da informação de volumes transpostos entre bacias,  
101 mencionando a necessidade de mecanismos de fiscalização pela Agerh, visto que os dados  
102 atualmente são autodeclaratórios. Questionou se há correção prevista quando os dados  
103 declarados não condizem com a realidade verificada em campo. Sr. André Sefione respondeu  
104 que o setor de saneamento foi tratado como uso essencial e único, por isso parametrizado  
105 em 1, considerando-se que a empresa reinveste seus lucros no próprio serviço. Explicou a

106 dificuldade técnica de cobrança por carga em quilo devido à transformação de miligramas em  
107 quilogramas, gerando valores baixos mesmo com preço maior de lançamento. Justificou que  
108 a solução foi usar a vazão de diluição e cobrar 5% dela, convertendo isso para o PPU, o que  
109 resultou no aumento do PPU para que se pagasse proporcionalmente à vazão. Comentou  
110 que, com o uso do Calã, o percentual sobe para 7,5%. Outro palestrante complementou que  
111 essa metodologia justifica a compensação no aumento do PPU e que o coeficiente foi nivelado  
112 em 1 por se tratar de serviço essencial. Ressaltou que mudanças nesse valor devem ser  
113 debatidas pelo comitê. Sobre transposição, foi dito que a Agerh ainda não tem meios de  
114 monitoramento automático, mas que se espera no futuro contar com sensores e inteligência  
115 artificial para rastreamento em tempo real. Atualmente, o sistema é declaratório, com base na  
116 confiança, mas futuramente poderá haver fiscalização direta. Outro participante reforçou a  
117 importância da função fiscalizadora da agência e da credibilidade técnica. Stephany reiterou  
118 que, apesar do serviço ser público, há vieses, como o uso de parte da água transposta para  
119 fins industriais, o que não pode ser desconsiderado. Defendeu que o comitê tem  
120 conhecimento do território e que é importante tratar dessas nuances. Disse ter entendido que  
121 a reunião era para discussão ampla, por isso trouxe os pontos de forma oral, mas que poderia  
122 formalizar por escrito se necessário. Outro palestrante reconheceu a complexidade do tema,  
123 mencionando as 31 reuniões realizadas e as várias nuances ainda existentes. Destacou que  
124 a prioridade foi colocar o sistema para funcionar, mesmo reconhecendo a necessidade de  
125 melhorias. Afirmou que o comitê pode, futuramente, revisar e atualizar a deliberação, pois  
126 nem sempre é possível ajustar todos os mecanismos desde o início. Finalizou afirmando que  
127 tudo é parte de uma escala evolutiva: primeiro se inicia, depois se aprimora. **Informes gerais;**  
128 Sra.Daisy informou que Em setembro, no período de 8 a 13 de setembro, acontecerá o  
129 ENCOB. Solicita-se que as agendas sejam reservadas para garantir uma participação  
130 significativa do estado, uma vez que a participação atual tem sido considerada insatisfatória.  
131 Também foi mencionada a necessidade de realização dos cursos da ANA, conforme  
132 divulgado no grupo, sendo sugerido que os cursos sejam realizados durante as reuniões  
133 ordinárias. Ressalta-se a importância de que os membros comecem os cursos o quanto antes,  
134 já que o cotidiano muitas vezes dificulta a disponibilidade de tempo. O Palestrante 3 informou  
135 que, assim como o ENCOB em setembro, ocorrerá entre os dias 23 a 28 de novembro, em  
136 Vitória, o encontro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, considerado o maior  
137 evento sobre o tema no hemisfério sul. Recomendou-se a inscrição e participação,  
138 destacando a relevância dos debates e a combinação de conteúdos acadêmicos e práticos.  
139 Sugeriu-se também a possibilidade de pleitear junto ao governo do estado o custeio da  
140 inscrição. Houve ainda manifestação de agradecimento e reconhecimento ao Tarcísio pela  
141 condução do comitê durante os últimos anos, destacando sua atuação como secretário  
142 municipal de meio ambiente e desejando sucesso na nova etapa. Foi colocada à disposição  
143 uma parceria para tratar de eventos extremos por meio da gerência de modelagem e eventos



críticos. Parabenizou-se os servidores da Agerh e todos os integrantes da Câmara Técnica de Cobrança pela condução eficaz dos trabalhos, especialmente Sr.Antônio e Sra.Aline. Reconheceu-se a atuação do representante institucional da Agerh, reforçando que ele representa diretamente a diretoria da autarquia, e que sua fala deve ser entendida como institucional. Ressaltou-se a importância do trabalho público de qualidade prestado à sociedade capixaba e o avanço significativo do Comitê Santa Maria da Vitória em direção à implementação da cobrança pelo uso da água, seguindo o exemplo dos comitês do Jucu e do Guandu. Encerrou-se agradecendo pela discussão construtiva, participativa e dialogada ocorrida na reunião, com a alteração e inclusão de ponto de pauta na deliberação, parabenizando a todos os presentes.

\_\_\_\_\_  
Tarcísio Föeger  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Deisy Silva Corrêa  
Secretário Executivo